

Pastore afasta hipótese de desindexação da economia,

Marco Antônio Cavalcante

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, descartou totalmente a possibilidade de o atual Governo desindexar a economia, mesmo parcialmente: "Não podemos repetir erros passados." Segundo ele, a correção monetária e correção cambial vão continuar no mesmo ritmo da inflação, no mês. "Vamos trabalhar com a política econômica para que a inflação caia, e isso se dará com controles monetários e fiscais", disse.

— A indexação é um instrumento importante de canalização de poupanças no sistema econômico. Na medida em que não se canaliza poupança e se exacerba o consumo, colhe-se o mesmo efeito de 1980, com crescimento da taxa de inflação (110,2% contra 50,8% de correção monetária) — afirmou Pastore, após participar da solenidade de posse da nova diretoria da ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto).

Coragem

Os 350 participantes do almoço de posse, realizado no Museu de Arte Moderna, ouviram com interesse, e alívio, o presidente Afonso Pastore, que reconheceu que a correção cambial tem um peso importante como realimentadora da inflação, através dos reajustes de preços do petróleo e aço. Mas perguntou quem teria coragem de propor a desindexação do câmbio, sem ter um nível de reservas internacionais de 18 a 20 bilhões de dólares e enfrentando constrangimentos no balanço de pagamentos.

Com a necessidade hoje, disse ele, de se manter superávits na balança comercial, não se pode pensar em reajustar o câmbio abaixo da taxa de inflação doméstica. "Se não é possível fazer isso e se a correção cambial traz pressão de custo sensível no sistema, e que se ajusta, instantaneamente, sobre preços, desindexando só a correção monetária exacerbaríamos o consumo, com incremento — e não queda — da inflação."

O Governo reconhece, explicou Pastore, que a inflação está muito incorporada no processo econômico como um todo, que tem uma inércia muito grande. Por isso não se pode esperar grandes quedas da inflação, a curto prazo. "Vai declinar gradativamente, com o

exercício da política fiscal e monetária, apesar de buscarmos novos instrumentos de combate", garantiu.

O Brasil, informou o presidente do Banco Central, está empenhado em conseguir prazos maiores e taxas de **spreads** menores. O México, segundo ele, está dando um grande passo, e aparentemente já chegou a um acordo com o comitê assessor de bancos. "Agora terá de implementar contratos e trazer de fato toda a comunidade financeira internacional para seu programa de refinanciamento de longo prazo."

— Foi um passo realmente importante, que abriu espaço para os demais países. Procuraremos utilizar ao máximo a experiência mexicana e repeti-la até o limite que for possível — disse ele, lembrando que o Brasil já avançou muito e hoje tem uma posição de balanço de pagamentos e de reservas muito mais confortável. "O tempo também trabalha a nosso favor, permitindo mostrar que o ajustamento brasileiro está sendo feito, que não há nenhuma necessidade de se fazer uma renegociação apressada, mas sim ponderada e pensada."

O Brasil vai iniciar, efetivamente, a renegociação em outubro, já tendo o conhecimento do sucesso mexicano e talvez da experiência venezuelana, o que permitirá ao Governo negociar com menos dificuldade. "Teremos o caminho já pavimentado", disse Pastore.

Considera muito mais tranqüila a posição externa do Brasil, o que permitirá progressos nas negociações. "É preciso agora dimensionar corretamente os recursos novos que serão necessários, reescalonar as dívidas vincendas com prazos melhores e carência, para evitar que os pagamentos se concentrem novamente em determinado ano, voltando como um bumerangue contra nós", afirmou.

Em São Paulo

O presidente do Banco Central afirmou, ontem, à noite, já em São Paulo, que a economia nacional deverá crescer entre 1,5% e 2,5% este ano, principalmente devido às exportações. Pastore compareceu à homenagem da Bolsa de Valores aos Secretário da Desestatização, Paulo Nicolli.



Pastore disse que correções monetária e cambial continuarão no mesmo ritmo da inflação